

D. JOÃO V – MEDIDA RÉGIA EM PORTUGAL E NO MUNDO¹

Abílio Pires Lousada

D. João V, que reinou entre 1707 e 1750, é um rei complexo e polémico, pouco estudado e mal compreendido, que a historiografia republicana e iluminista de finais de 1900 centrou nos vícios do homem e emparedou entre o convento, a alcova e o esbanjamento monumental. Um preito redutor contrário à visão dos contemporâneos e à historiografia que flui na atualidade, onde emergem as virtudes do monarca: rei cioso da boa governação; temente a Deus e generoso com os súbditos; estadista de referência na Europa do seu tempo; majestático no incentivo e proteção das artes, ciências e letras. O reinado joanino recolocou Portugal no mapa, onde a condução pessoal da governação (bem-estar), a garantia da paz e a poupança do sangue dos súbditos (segurança) e o prestígio do reino no contexto internacional foram o bem a preservar.

D. João V subiu ao trono a 9 de dezembro de 1706, com a idade de 17 anos, numa altura em que Portugal estava envolvido na Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1715), como aliado da Grã-Bretanha e da Áustria («Grande Aliança»), contra a França e a Espanha. Curiosamente, meio ano depois desse grande feito de armas que foi a ocupação de Madrid, pelo marquês das Minas (28 de junho); “*uma valente ripostada*” que vingou as provações da Guerra da Restauração². Foi um fogacho moralizador sem consequências estratégicas, até porque no ano seguinte (25 de abril de 1707) a França e a Espanha impuseram uma copiosa derrota à «Grande Aliança», na Batalha de Almansa.

A guerra desgastou militar e socialmente o Reino e exauriu os cofres públicos e D. João V, que não apreciava a guerra, acertou a paz com a França de Luís XIV (1713) e a Espanha de Filipe V (1715), em Utreque. O Tratado com a França permitiu sustentar a soberania nos territórios do Aipoc ao Amazonas; através do Tratado com a Espanha, Portugal recuperou a colónia de Sacramento. De resto, com a Espanha concluíram-se tratados de vizinhança amigáveis, vitais para a definição de uma política atlântica, e manteve-se a cooperação comercial com a Inglaterra, firmada com o Tratado de Methuen (1703). Terminada a guerra, D. João V proclamou uma frase com sentido estratégico: “*cuidemos de nós*”³.

¹ In CPHM, XXIX Colóquio de História Militar, 2021.

² Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1991.

³ Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992.

1. ASSUNTOS DOMÉSTICOS – REI QUE NÃO DEVE E NÃO TEME!

D. João V, dando seguimento ao normativo de poder herdado de D. Pedro II, firmou-se no princípio de que “*não se deve tratar publicamente o que só os reis devem resolver e ter em um segredo, nem pedir aos súbditos os remédios e os arbítrios, pois que a eles pertence obedecer e não determinar*”⁴. De igual modo, em finais dos anos 1720, afastou da esfera cortesã e de funções do Estado uma trintena de nobres tidos como contrapoderes ou acomodados à sombra do Palácio da Ribeira. E disse-lhes, sem filtros: “*o Rei D. João IV amava-vos, D. Pedro II temia-vos, mas eu que sou vosso senhor de juro e herdade não vos temo e não vos amarei senão quando a vossa boa conduta vos tornar dignos da minha Real atenção*”⁵. O absolutismo impunha-se em Portugal.

O Reino, conforme referido, saiu financeiramente depauperado da guerra europeia e ficou a braços com uma avultada dívida externa, sendo a Inglaterra o principal credor, e sentiu os constrangimentos de dívidas a pagar internamente, nomeadamente aos militares que garantiram o esforço de guerra. Essa situação preocupou sobremaneira o soberano, além da penúria em que viviam as populações, inapelavelmente carregadas de impostos. As especiarias do Oriente rendiam menos que o desejado e os metais preciosos recolhidos no Brasil, a partir de 1697, chegavam ainda a conta-gotas.

Mas, a partir de finais de 1720, tudo muda, irrompendo o fluxo de extração do ouro, produção da carne, óleo de baleia e tabaco do Brasil. A dívida externa foi paga, o soldo dos militares e os rendimentos do funcionalismo foi suprido, as contas foram equilibradas e a balança de pagamentos não voltou a apresentar défices até ao final do seu reinado. D. João V deixou, então, de recorrer aos povos para lhe votarem subsídios e libertou definitivamente o poder real da intervenção das cortes, nunca mais convocadas⁶.

Garantida externamente a ambição de viver em paz, independente económica e financeiramente e esquivado da influência de uma nobreza sempre ciosa de excessivas ingerências nas decisões governativas, o soberano deu andamento à magnificência da coroa, à erudição artístico-religiosa e à sumptuosidade de grandes obras. Como exemplos monumentais, destacamos a edificação da Igreja do Menino de Deus, em Lisboa, o Monumento de Mafra, a Patriarcal no Paço da Ribeira, o levantamento do Aqueduto das Águas Livres, a construção do hospital das Caldas ou a abertura de estradas em vários pontos do Reino e de canais, com destaque para o do Vale da Azambuja.

⁴ Carlos Selvagem, ob. cit.

⁵ Ayres de Carvalho, *D. João V e a Arte do Seu Tempo*, I Vol., Edição do Autor.

⁶ António G. Matoso, *Compêndio de História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1943.

A literatura e a história, vertidas pelo republicanismo a partir de finais do século XIX, perderam-se na crítica exaustiva a D. João V e àquilo que denominavam de deplorável esbanjamento dos rendimentos brasílicos para obra e graça de um rei egocêntrico, nada preocupado com o progresso do Reino e o bem-estar dos súbditos. Inclusive, assentou-se, sem mais comentários, que o vetor militar da Nação foi perigosamente negligenciado.

Propomos debater o assunto sob outro prisma. D. João V e a diplomacia de prestígio que desenvolveu garantiram a Portugal quase meio século de paz. De tal maneira que conseguiu resolver pacificamente graves contenciosos (em Portugal e na América do Sul) com a Espanha e afastou o Reino do envolvimento na Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748). Depois, importa centrar o seu reinado entre o do pai e o do filho. D. Pedro II não pôde furtar Portugal à Guerra de Sucessão de Espanha, que foi invadido por tropas espanholas e arrastado para operações militares na Península Ibérica durante uma década. Relativamente ao reinado de D. José, lembra-se o envolvimento na Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e a invasão hispânica do território português em 1762. Situação que, no limite, aconteceu porque o prestígio externo de Portugal se desvaneceu, com a consequente perda de neutralidade. Na verdade, ao contrário do régio pai, D. José deixou os assuntos da governação nas mãos do marquês de Pombal, um pedreiro-livre iluminado que fez da nobreza o inimigo a abater e da Igreja a influência a anular. Com resultados desastrosos.

Sendo verdade que D. João V empregou elevadas somas monetárias, angariadas do quinto real do Brasil, em majestáticas e «beatas» obras, hoje fazem parte da monumentalidade nacional, a começar no icónico Real Edifício de Mafra, não desbaratou o tesouro régio ou derramou o sangue dos súbditos (e aí reside grande diferença) em guerras europeias provocadas pelos arranjos de poder das grandes potências, como sucedeu com D. Pedro II e D. José I em Portugal, com Filipe V de Espanha ou Luís XIV de França.

Além do mais, o que dizer dos diversos investimentos e incentivos nos mais diversos ramos de atividade:

- 1) No comércio brasileiro e na sua sustentação territorial contra a Espanha, a França ou os autóctones;
- 2) Na agricultura, através da importação de meios técnicos de produção e negação de importação de vinhos, aguardentes, azeite ou cervejas;
- 3) Na indústria, com a criação da indústria de seda e tecidos de ouro e prata, transformação das indústrias de vidro, garantindo à Marinha Grande o seu centro produtor, fundação da fábrica de papel na Lousã, isenções tributárias à fábrica da Vila dos Povos, que produzia atanados, bezerros, camurças e outras peles curtidas, proteção da indústria de

ourivesaria, desenvolvimento da indústria de fundição de sinos, promoção das pesquisas mineiras no reino, proteção da indústria do sal e fundação da de tapetes;

4) A nível militar, criou as academias militares de Elvas e Almeida, protegeu as antigas fábricas de lanifícios na Covilhã, que passaram a fornecer o pano necessário para fardar o exército, fundou a fábrica de pólvora na Ribeira de Alcântara e o arsenal de Lisboa para a construção de navios, promoveu a indústria de criação de cavalos e criou a fábrica de armas e peças de artilharia;

5) Na cultura, recomendou aos seus representantes no estrangeiro que fizessem investigação sobre inovações realizadas no campo dos ofícios e das artes, ordenando a aquisição dos modelos, a compra de segredos da indústria e contratos dos inventores, subsidiou as artes, as letras e as ciências, que sofreram um impulso notável, merecendo destaque a fundação da Academia Real da História Portuguesa, a abertura da Aula do Risco em Mafra (escola de Arquitetura), as bibliotecas do Palácio de Mafra e a Joanina da Universidade de Coimbra⁷.

Portanto, é verdade que havia da parte de D. João V uma inclinação pelo lustro de um Rei-Sol à portuguesa, através da opulência do trono, da magnificência do altar e da grandiosidade monumental, muito além da qualidade de vida da comunidade. Mas não o é menos a posição cimeira que ocupou na política europeia, os cuidados postos na administração ultramarina, sobretudo face ao crescente potencial do Brasil, e a obra de cultura e mecenato das letras e patrocínio das belas-artes⁸.

2. REORGANIZAÇÃO MILITAR – PERCEÇÕES E REALIDADES

Com o século XVIII impõe-se o Absolutismo. O rei era o Estado e a guerra um negócio que lhe era exclusivo. Os oficiais deixaram de ser membros de uma casta guerreira, que lutavam segundo um conceito de honra ou de obrigação feudal, e já não eram mercenários que executavam um trabalho para alguém que lhes pagava. Eram funcionários do Estado, a quem estava garantido emprego e salário regulares e uma perspetiva de carreira, dedicando-se, assim, ao serviço do país na paz e na guerra. Neste período, os oficiais (nobres) e os soldados (marginais) eram sujeitos a uma disciplina férrea, a máquina militar (homens, armamento e equipamento) era muito dispendiosa e a componente logística era tão importante como a estratégia militar. A ordem linear e o fogo aumentavam relativamente à ordem profunda e às

⁷ António Matoso, ob. cit.

⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. V, Editorial Verbo, 1982.

virtudes do choque. As guerras e os objetivos eram limitados, as batalhas travavam-se por consentimento mútuo e a preservação da força era uma preocupação dos comandantes⁹.

A nível militar, e no que ao Exército diz respeito, D. João V determinou as «Novas Ordenanças» (15 de novembro de 1707), no seguimento do desaire de Almansa, onde foi notória a descoordenação entre os modelos de organização militares portugueses (hispânico), inglês e holandeses. Na procura de uniformização e eficiência, o terço de infantaria e a tropa de cavalaria viram a semântica alterada, passaram a ser designados regimentos. Foram abolidos os governadores das armas provinciais, os generais de cavalaria e os comissários-generais. Publicaram-se 42 artigos de guerra (1710), enquanto embrião de um código de justiça militar. A defesa do Reino ficou assegurada por três escalões de tropas: Exército de primeira linha (regular); Terços Auxiliares (milícias); Ordenanças.

O Exército de primeira linha era permanente e o garante da solidez militar. Tinha comandos próprios, estava aquartelado, usufruía soldo regularmente e ostentava uniforme, insígnias e estandartes identificativos da unidade respetiva. Era constituído por 55 regimentos – 34 de infantaria, 20 de cavalaria e um de artilharia. Cada regimento compreendia 12 companhias (os de infantaria incluíam uma companhia de granadeiros e os de artilharia uma de pontaneiros); cada companhia de infantaria e artilharia escriturava 50 militares e as de cavalaria 40 cavalos. Dois regimentos de cavalaria ou infantaria agrupavam-se numa brigada, sob o comando de um brigadeiro, os regimentos tinham comando de coronel e um estado-maior¹⁰. As companhias eram comandadas pelo capitão, a que se subordinavam um tenente, um alferes, dois sargentos e quatro cabos. Relativamente ao comando superior do Exército, acima do brigadeiro estava o sargento-mor de batalha (primeiro posto de oficial general), o mestre de campo general (comum às armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia) e o capitão-general (comandante-chefe do Exército), que era nomeado mediante escolha régia.

De França igualmente se copiaram medidas como a proibição da venda de postos militares, a abolição da faculdade que tinham os capitães de nomearem os seus subalternos ou as restrições postas ao alistamento a soldo de particulares. A obrigatoriedade de saber ler e escrever foi imposta aos oficiais subalternos e graduados inferiores, o que mostra ainda a ausência de «escolaridade» entre os oficiais do exército.

Relativamente aos Terços auxiliares e às Ordenanças foi confirmado o Regimento de Ordenanças do tempo de D. Sebastião. Os primeiros tinham comando próprio e os soldados

⁹ Michael Howard, *A Guerra na História da Europa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

¹⁰ O estado-maior tinha um tenente-coronel, um sargento-mor, dois ajudantes, um capelão, um cirurgião, um tambor-mor e um píforo; na cavalaria existia tinha um tenente-coronel e 10 capitães.

recebiam soldo, alimentação e equipamento/fardamento sempre que fossem utilizados em campanha ou movimentados para o guarnecimento de praças-fortes. Já as Ordenanças, destinavam-se a fornecer, mediante sorteio, tropas para o Exército de linha ou os Terços Auxiliares, sempre que necessário.

A infantaria ficava definitivamente armada com a espingarda ou fuzil de pederneira (companhia de fuzileiros) e granadas de mão (companhia de granadeiros), já introduzidas por D. Pedro II (1696). O armamento da cavalaria era o sabre, a pistola e a clavina, sem couraça nem elmo. A artilharia compreendia bocas de fogo de campanha e de sítio.

Nas academias militares da Corte, Viana, Almeida e de Elvas ensinava-se fortificação, ataque e defesa de praças, estratégia e tática. Passou a atribuir-se importância acrescida aos fogos da infantaria, que se faziam a pé firme ou ganhando terreno. A formação normal, (modelo francês) era em quatro fileiras, mas previa-se a formação em três. Paulatinamente, as linhas adelgaçavam-se e o fogo ia-se sobrepondo ao choque.

Após Utreque, D. João V passou da fase da guerra para a fase militar e depois para a fase da paz. Os efetivos militares, foram diminuídos. O Exército passou, então, a compreender 20 regimentos de infantaria, 10 de cavalaria e 1 de artilharia. Os regimentos, denominados em conformidade com a localidade de aquartelamento, estavam distribuídos pela região de Lisboa (5 de infantaria e 2 de cavalaria), Alentejo (7 de infantaria e 4 de cavalaria), Beira (2 de infantaria e 2 de cavalaria), Trás-os-Montes (2 de infantaria e 2 de cavalaria), Minho (2 de infantaria) e Algarve (2 de infantaria). Portugal passou a ter 12.600 infantes e 3.000 cavalos¹¹.

Nesse período, o monarca foi acompanhando a situação, como dão conta as notícias da Gazeta desse tempo. A de março de 1716 informa:

“Fizerão exercício no campo de Pedrouços os Regimentos de Cavallaria da Guarnição desta Corte na presença de S. Majestade que ficou muyto satisfeyto do bem que o executarão” e, em dezembro de 1717, diz “como os Regimentos de Infantaria & Cavalaria não estão completos ordenou Sua Majestade se passassem ordens para se preencherem, & que os seus officiaes se recolhessem a eles. Fabricão-se no Reyno as fardas para os vestir”.

¹¹ Sobre a componente militar terrestre ver: António José Balula Cid, *Unidades de Infantaria. Sua Evolução até à Actualidade*, Lisboa, MCMLVI; Carlos Selvagem, ob. cit.; Coronel Alberto Ribeiro Soares (coord), *Os Generais do Exército Português*, Vol. I, Lisboa, Biblioteca do Exército, 2003; Fernando Pereira Marques, *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XX*, Lisboa, Edições Cosmos/IDN, 1999; Luís Franco Nogueira, *Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular 1640-1994*, Lisboa, DDHM, 1994; General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945; Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (Dir), *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 5, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.

O soberano pretendia uniformidade, prontidão e coesão, procurando conter as pulsões senhoriais de aristocracia mais interessada no mando do que no comando e acabar com as resistências populares à conscrição, para quem o recrutamento era inimigo da agricultura. Encaminhados para os quartéis, os cidadãos viam-se na condição de soldados, a quem lhes era dada disciplina, higiene e instrução; a nobreza castrense foi coagida a não fazer dos quartéis um mero local de passagem e de posse.

Contudo, e porque a paz não é militarmente boa conselheira em Portugal, foi aumentando a deficiência na instrução, a carência de armamentos e de cavalos e, principalmente, a falta de boa vontade dos altos comandos e oficiais em dar corpo à legislação produzida. Os assuntos da guerra eram encarados com punhos de renda e as obrigações militares entendidas como desprestigiantes. Com a paz na Europa, foi em Marrocos, contra os árabes, na costa ocidental africana (S. Jorge da Mina, S. Tomé, Cabinda, Angola) para fazer face à pirataria, e na Índia, para travar as ações dos máratas, que as operações militares terrestres foram maioritariamente desenvolvidas. Ao contrário dos séculos precedentes, eram teatros de operações que já não cativavam o valor bélico de uma nobreza cada vez mais acomodada junto da corte, nem tão pouco os soldados.

Uma corte onde a oficialidade, qual ‘soldadinhos de chumbo’, se passeava, ostentando brilhantes dragonas nos ombros de fardas reluzentes a seu bel-prazer, exorbitando feitos jamais vistos! De tal forma que, em 1749, D. João V interveio com a promulgação da *Pragmática*, destinada aos oficiais que exageravam nos adornos e enfeites colocados nas fardas, entendendo-os como lesivos da *praxis* militar. Impunha-se diferenciar o militar do civil, impedindo a liberdade de escolha dos uniformes pelos oficiais, muito orientada pela moda de salão afrancesada.

Relativamente a estas realidades, é interessante a anotação de Merveilleux:

“apesar de as praças de Portugal serem bem fortificadas, no entanto não estão tão bem providas como conviria para a segurança do Estado. Tendo dado Sua Majestade de há muito tempo toda a sua atenção aos assuntos da Igreja e do Patriarcado, os da guerra têm sido muito desprezados. Só serão reparados ao primeiro ruído de guerra de que Portugal for ameaçado. Um dos maiores males que existem em Portugal relativos à guerra, é haver quase tantos funcionários públicos como soldados. Estes empregados são os escribas da Vedoria, mas pode ser que este estado de coisas se modifique com o tempo. O soldo dos oficiais e dos soldados é muito módico e estes últimos ocupam-se em fazer meia para ganharem com que viver. Mas como já se disse, em Portugal despreza-se tudo o que trate de assuntos de

guerra. É espantoso como os portugueses, em quem se observa tão pouca ordem no que respeita à parte militar, tenham tido sempre vantagem sobre os espanhóis; mas talvez hoje não acontecesse o mesmo se rebentasse uma guerra entre as duas nações”¹².

A preocupação dominante era efetivamente a defesa das fronteiras, nomeadamente junto das penetrantes terrestres. Disso nos informa a Gazeta de 30 de agosto de 1715:

“Reforma do Exército. S. Majestade (...) querendo aliviar os povos de alguns dos tributos que lhes havia imposto com a ocasião da guerra, foy servido ordenar por decreto de 20 do presente mez de Agosto, que se reformasse o seu exército, ficando aquelle número de Infantaria e cavalaria que fosse preciso para guarnição das praças fronteyras, (...) importando por este modo toda a Infantaria em doze mil e seiscentos homens”.

A Espanha, cronicamente entendida como um perturbador externo, daria razão a estas preocupações, principalmente com o estalar da crise de 1735 entre os dois reinos ibéricos, altura em que os efetivos nacionais subiram para 26.400 militares de infantaria (22 regimentos) e 3.400 de cavalaria (6 regimentos de cavalaria ligeira e 4 de dragões). Nesse mesmo ano, foram criados o batalhão e o esquadrão como unidade táticas da infantaria e cavalaria, respetivamente, e a organização militar passou a ser definida em termos de regimento e batalhão/esquadrão.

Relativamente à Marinha¹³, desde meados do século XVI que a armada era permanente e, apesar de comportar funções essencialmente comerciais, era ao mesmo tempo uma armada de guerra, equipada e sustentada pela coroa. Foi isto que permitiu a Portugal alcançar êxitos no Oriente e sustentar o Império Ultramarino no binómio Brasil-Angola. A potência naval foi um fator de credibilidade externa de Portugal. Situação que se esvaiu ao longo do século XVII e, com ela, o peso do País na balança europeia.

Com o fim da Guerra da Sucessão de Espanha e a desmobilização das forças, permaneceram no ativo somente três regimentos da Marinha Real, com 2.600 homens, um regimento da Coroa, um da Junta de Comércio e outro da cidade do Porto. Os arsenais de

¹² Ayres de Carvalho, ob. cit.

¹³ Carlos selvagem, ob. cit.; Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, ob. cit.; José António Rodrigues Pereira, *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

Marinha, que ficavam perto do Palácio Real, e a cordoaria, estavam em boa ordem, o mesmo se podendo dizer dos dois estaleiros existentes em Lisboa e o da Baía (fundado em 1714).

Portugal, um Estado imperial-comercial, necessitava de manter linhas de navegação abertas e garantir a segurança no alto mar, principalmente para transporte de especiarias da Índia e ouro do Brasil. Assim, D. João V procurou modernizar a Marinha, ampliando a frota disponível, numa época em que predominavam os navios de vela, nomeadamente as naus e as fragatas: as naus eram navios de grande porte, que serviam como navios de guerra e de carga; as fragatas eram navios mais rápidos, manobráveis e com armamento mais ligeiro que o das naus, sendo preferencialmente utilizados em missões de escolta e de reconhecimento. A capacidade de fogo da artilharia e a robustez destas embarcações faziam delas autênticas fortalezas flutuantes. Como na guerra naval, a robustez dos navios, a sua capacidade de manobra e o poder de fogo eram decisivos, a tática de combate, que fazia depender a sorte das batalhas, residia na capacidade de saber aproveitar os ventos, colocar a frota em linha e concentrar o fogo no casco dos navios adversários, levando ao seu afundamento ou retirada; o sistema de abordagem era coisa do passado.

Contudo, em 1735, a força naval portuguesa apresentava somente 10 naus (mais sete em construção), um potencial curto para o potencial estratégico do Reino. A realidade era tal que, para defender da pirataria as embarcações vindas com os metais preciosos e demais mercadorias do Brasil, que infestava o Atlântico, foram contratados navios de guerra estrangeiros.

Entretanto, por Alvará de 28 de julho de 1736, destinada aperfeiçoar a organização do Estado, D. João V substituiu as secretarias de Estado, Mercês, Expediente e Assinaturas pela Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino, Secretaria de Estado da Marinha e dos Negócios Ultramarinos e Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Como se percebe, os dois departamentos militares (Marinha e Guerra) ficavam ligados a departamentos civis (Negócios Ultramarinos e Negócios Estrangeiros)¹⁴; a nobreza de capa sobrepunha-se à nobreza de espada e as instituições militares perdiam prestígio.

O Estado entrou numa fase de desmilitarização. Em suma, qual paradoxo, é curioso verificar que sendo as guerras nesta altura um negócio dos reis e a força armada propriedade sua, a magnificência política não teve paralelo na eficiência militar. De resto, uma situação verificável na maioria das monarquias europeias.

¹⁴ António Silva Ribeiro, *Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica*, Lisboa, Prefácio, 2004.

Sobre as questões militares da época, deixamos ainda uma interessante nota sobre o balão a gás inventado pelo padre Bartolomeu de Gusmão. A «Passarola», como ficou conhecido o invento, ou o «instrumento de andar pelo andar», com o se lhe referia o autor, foi apresentada enquanto projeto a D. João V, que lhe concedeu alvará em 18 de abril de 1709. O invento foi sujeito a diversas experiências ao longo da década de 1710-1720 e inserem-se no que alguns autores designam de antecedentes da génese da aviação, precedendo a invenção do balão tripulado (1783), originalmente atribuída aos irmãos Joseph e Jacques Montgolfier.

3. À BOLINA DA MARINHA DE GUERRA – CORFU E MATAPÃO¹⁵

No mediterrâneo Oriental, a esquadra naval portuguesa participou na derradeira cruzada em defesa da cristandade, onde colheu os louros da anulação da ameaça turca na região.

Os acontecimentos bélicos são uma espécie de 2.^a vaga das guerras do século XVI, entre a República de Veneza e o Império Otomano, pelo controlo do Mediterrâneo Oriental. Veneza era uma República aristocrática e de mercadores da Península Itálica, com domínios lacustres como Creta, Chipre, Moreia (Peloponeso) e ilhas e cidades gregas do Mediterrâneo, que lhe davam o estatuto de grande potência talassocrática na região. A influência perdurou até ao século XVI, altura em que a expansão portuguesa e a espanhola desviaram o comércio europeu do Mediterrâneo para o Atlântico e o Índico. Quanto ao Império Otomano, desde a conquista de Constantinopla, em 1453, que a pressão islâmica se fazia sentir no Sul da Europa, onde ocupou a Dalmácia, a Transilvânia e a Ucrânia, e agia com particular ostentação no Mediterrâneo Oriental. Isto para além dos domínios existentes no Norte de África e na Arábia-Mesopotâmia. Se, em território europeu, era a Áustria que servia de travão ao sultão, no Mediterrâneo era Veneza.

O primeiro grande recontro ocorreu a 7 de outubro de 1571, com a Batalha Naval de Lepanto (região da Grécia) e teve como catalisador a invasão turca da ilha de Chipre, no ano anterior. Os Reinos cristãos (Liga Santa – Espanha, Veneza, Estados Pontifícios, Cavaleiros de Malta e Portugal) combateram em espírito de cruzada e os turcos foram copiosamente derrotados. Cerca de cem anos depois, invadiram a região balcânica, mas foram derrotados pela Áustria e pela Rússia, sendo obrigada a ceder a maior parte dos seus domínios territoriais, nomeadamente a Moreia e a Dalmácia à República de Veneza, a Transilvânia e a

¹⁵ Obras de referência sobre as acções navais de 1716 e 1717: Eduardo Brazão, *Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1938; João Vieira Borges, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII. Uma Análise Estratégica*, Lisboa, Atena/Instituto de Altos Estudos Militares, 2000; José António Rodrigues Pereira, ob. cit.; Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. VII, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1994.

Hungria à Áustria, a Ucrânia à Polónia e Azov à Rússia. O Império Otomano decaiu, enquanto, a outrora próspera e temida República de Veneza era uma sombra do passado.

Com a subida ao poder do Sultão Ahmed III, no início do século XVIII, a marinha e o exército são reorganizados e a decisão de reconquistar a Moreia e a Dalmácia é retomada. Então, em 1715, os turcos bloquearam o Levante, com uma armada superior a meia centena de embarcações, e invadiram a Península da Moreia, que ocuparam em poucas semanas, conquistaram Corinto, na Grécia, apoderam-se das ilhas de Tinos e de Cerigos, no mar Egeu, e ameaçaram a ilha de Corfu. Impotente, o *doge* veneziano Cornaro recorreu a Carlos VI, imperador da Áustria, e ao papa Clemente XI. Enquanto o imperador declarou guerra ao sultão, o papa invocou a cruzada junto dos Estados europeus. D. João V aderiu pronta e entusiasticamente, tal como a Ordem de Malta e os Estados Pontifícios, enquanto a Espanha e a França, envolvidos em guerra na Península Itálica e pouco motivados a auxiliar a Áustria, recusaram.

A situação era preocupante, o que explica que o papa tenha suplicado especificamente auxílio a Portugal, através de um breve à rainha D. Maria Ana (7 de janeiro de 1716) e dois breves a D. João V (16 e 18 de janeiro de 1716). No segundo breve ao rei transparece uma súplica angustiante, temendo a invasão da Itália e dos Estados Pontifícios pelos infiéis.

O poder naval e militar português não eram consideráveis, apesar de a Marinha de Guerra estar em fase de reconstrução desde 1713, pela mão do velho marquês de Fronteira e auxiliado pelo infante D. Francisco, irmão do monarca, duque de Beja e grão-prior da Ordem de Malta em Portugal. Mas o facto de o papa solicitar auxílio militar a Portugal era sintomático de uma distinção que urgia aproveitar. Por essa via, D. João V escreveu ao *doge* de Veneza uma carta tranquilizadora (16 de julho), que resumimos:

*“(...) vejo o aperto em que essa Republica se acha pela inesperada rotura da guerra do Turco, que animado pelo sucesso da campanha passada, se prepara com esta com maiores esforços; a notícia que me foi mui sensível, não só pelo perigo a que se acha exposto esse Estado, mas toda a christandade, se se não prevenir o damno com forças capazes de se lhe fazer opposição; e logo que Sua Santidade me comunicou o iminente perigo dessa Republica, e de todo o Estado ecclesiastico, mandei prevenir uma esquadra composta dos navios que se poderão aprestar dentro de pouco tempo. (...) Estimo muito que este socorro possa ajudar a Republica, por ser sua defesa commua com a da Igreja (...)”*¹⁶.

¹⁶ Eduardo Brazão, ob. cit.

A frota, constituída por nove navios, entre os quais quatro naus e uma fragata, rumou ao Mediterrâneo, a 4 de julho de 1716, sob o comando de Lopo Furtado de Mendonça, conde do Rio Grande e Almirante do Reino. Fez escala em Livorno e dirigiu-se depois para a ilha de Corfu, no Adriático, bloqueada pelos turcos e defendida pelos austríacos. Entretanto, a 16 de agosto, o príncipe Eugénio de Sabóia, comandante das tropas imperiais austríacas, derrotou os turcos em Peterwaradin, tomando de seguida Bucareste e Temeswar.

Face ao sucedido, consta que os turcos, quando souberam da aproximação da frota portuguesa, levantaram âncora e anularam o cerco em Corfu, zarpando para o mar Egeu, a 21 de agosto. Estranha atitude! Ou os turcos temeram ficar prensados entre as forças terrestres austríacas e as navais portuguesas ou, então, exorbitaram a real dimensão e poder da armada portuguesa. A verdade é que retiraram e os portugueses regressaram ao Reino, debaixo da admiração dos Estados europeus, os agradecimentos de Veneza e de Roma e sob os aplausos dos conterrâneos.

A frota entrou no Tejo em novembro de 1716 e, em reconhecimento da pronta disponibilidade do rei de Portugal em acorrer ao chamamento de cruzada para combater a ameaça turca no Mediterrâneo, o papa Clemente XI atribuiu o estatuto de patriarcal à cidade de Lisboa. Assim, e se atendermos que ainda hoje só existem três patriarcados de Rito Latino no mundo, sendo o mais antigo o de Veneza (século IX) e o mais recente Jerusalém (1847), fácil é perceber o privilégio da concessão¹⁷. D. João V materializava uma das grandes ambições do seu reinado.

Contudo, a esquadra portuguesa retirou e os turcos voltaram à carga. E D. João V voltou a ser solicitado pelo pontífice (carta pessoal de 14 de dezembro de 1716) e mostrou ainda maior disponibilidade. A 25 de abril de 1717, a frota do conde do Rio Grande saiu de Lisboa e passou o Estreito de Gibraltar, a 3 de maio. Constituíam-na sete naus de guerra, dois brulotes (navios incendiários), uma tartana (navio ligeiro de vela latina) e um navio de apoio, com um total de 3.840 homens e 526 bocas-de-fogo. Dirigiu-se a Corfu e ali se reuniu às armadas de Veneza (principal força naval), Florença, Malta, França e Estados Pontifícios. 35 navios cristãos iam dar batalha a 54 navios turcos no golfo da Lacónia (mar Mediterrâneo), no extremo sul da Grécia, cerca de vinte milhas náuticas a nordeste do cabo de Matapão.

¹⁷ Carlos Moreira Azevedo (Dir), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 6.º Vol, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001.



Batalha do Cabo Matapão, 1717. Fonte: Cortesia Óscar Lousada.

A manobra das esquadras no mar Jónico conduziu a cristã à baía de Passavia (golfo de Lacónia), onde fundeou e foi surpreendida e bloqueada, na manhã de 19 de julho. A situação era periclitante e ainda a armada cristã procurava dispor as embarcações em linha para o combate quando os turcos a fustigaram pelo fogo. Os navios de remos abrigaram-se na baía, a frota portuguesa colocou-se à retaguarda e o duelo de artilharia naval decorreu com especial ferocidade, durante o período da manhã, incidindo sobre a vanguarda onde estavam os navios venezianos. Os combates prolongaram-se pela tarde, até que a ausência de vento imobilizou parte da frota cristã, tornando-a um alvo remunerador. Impotentes, os navios venezianos foram retirando e, depois, o mesmo aconteceu aos de Malta, tendo o almirante francês Bellefontaine dado a batalha como perdida.

Mas o almirante português não acolheu o infortúnio e deu início à sua própria batalha, aproveitando a pausa do fogo turco que, à vista das movimentações cristãs, aguardava. Enquanto o grosso da estática frota cristã fazia fogo à distância, uma nau veneziana e quatro naus portuguesas conseguem aproximar-se da linha de batalha turca: a Nossa Senhora da Conceição, comandada pelo conde do Rio Grande, a Nossa Senhora do Pilar, do conde de Távora, a Nossa Senhora da Assunção, às ordens do coronel Castelo Branco, e a Nossa Senhora das Necessidades, com o comandante Gillet du Bocage. Cinco navios cristãos enfrentavam agora quinze turcos. O fogo de dez embarcações turcas incidiu sobre a Nossa Senhora do Pilar, que foi manobrando e respondendo como pôde. É nesta altura que o conde

do Rio Grande consegue colocar a Nossa Senhora da Conceição entre o navio do conde de Távora e a linha inimiga, despejando fogo concentrado sobre as suas embarcações. Esta ação de arrojo, e de sorte à mistura, foi de tal forma bem-sucedida que a armada turca fez alto ao fogo e abandonou a batalha, deixando literalmente os louros da vitória para a coragem de ferro dos marinheiros portugueses, que se aguentaram na robustez das embarcações de madeira, crivadas de bala.



Naus portuguesas em combate contra os Otomanos no Mediterrâneo Oriental, no decorrer da Batalha do Cabo Matapão. Fonte: Museu de Marinha.

Terminada a batalha, a esquadra portuguesa permaneceu na região durante um mês, para garantir uma presença dissuasora, efetuar reparações e receber elogios; que não lhe foram poupados, além da gratidão veneziana, bênção papal e admiração maltesa. A esquadra do conde do Rio Grande (elogiado por carta papal, datada de 16 de setembro de 1717) regressou a Lisboa, a 16 de agosto, onde aportou a 6 de novembro, tendo o rei e uma multidão no cais à sua espera. De repente, Portugal e D. João V tornaram-se paladinos de defesa da cristandade.

4. POLÍTICA EXTERNA JOANINA – *PIMUS INTER PARES*



Fonte: Público, Atlas da Europa, 2001.

Portugal esteve empenhado, desde 1640, numa longa guerra pela independência contra a Espanha, contando com os apoios decisivos da França, primeiro, e da Inglaterra, depois. A Restauração foi definitivamente aceite pela Espanha em 1668 e reconhecida pela Santa Sé em 1670. Seguiu-se o arrastamento para a Guerra da Sucessão de Espanha, a partir de 1703, que desgastou o Reino. D. João V, decidido a recolocar Portugal como um *pimus inter pares* no xadrez político europeu, assumiu a neutralidade como vetor estrutural da postura portuguesa e desenvolveu um conjunto de ações diplomáticas com os atores de referência:

- 1) O seu casamento com Maria Ana da Áustria, a 27 de outubro de 1708, reino com quem Portugal firmou parceria contra a Espanha na guerra europeia e que era um Estado-tampão da expansão otomana no Sul da Europa e elo de referência na relação com Roma;

- 2) Com a Inglaterra manteve as parcerias comerciais acordadas no Tratado de Methuen, mas esbateu a relação estratégico-militar, atendendo à desconsideração com que Londres tratou Lisboa nas negociações que precederam o Tratado de Utreque e ao recorrente arrastamento para conflitos de duvidosa vantagem;

3) No tocante à França, centrou a atenção na sua ambição na Amazónia, na dinâmica da corte parisiense e no prestigiante protocolo diplomático. A admiração de D. João V por Luís XIV levou-o a afirmar que “*ninguém como ele soubera ser rei*”¹⁸;

4) Relativamente à Espanha, acompanhou as vicissitudes da sua política interna, as manobras externas e vigiou as movimentações militares;

5) face à Santa Sé, ator charneira no tocante ao prestígio desejado por um soberano espiritualmente inflamado, colocou-a no patamar cimeiro da estratégia diplomática.

Centremos a atenção no relacionamento com a Santa Sé e com a Espanha.

As relações com a Espanha de Filipe V foram pautadas pela desconfiança mútua. A questão resulta da sucessão ao trono de Espanha, a partir da morte, sem descendência, de Carlos II (1700). Perante a existência de dois candidatos – arquiduque Carlos, filho do imperador Leopoldo da Áustria, e Filipe de Bourbon, neto de Luís XIV da França – Portugal apoiou o candidato austríaco, alinhando pela Inglaterra contra as pretensões de unificação da França com a Espanha. A Europa mergulhou na Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1715) e, depois da ocorrência de vicissitudes de vária ordem, o arquiduque Carlos acabou por assumir o trono da Áustria e Filipe o da Espanha. O resultado foi a continuação de relações tensas entre os dois Estados peninsulares.

A nível peninsular, o momento de maior tensão ocorreu em 1735, com o corte de relações entre D. João V e Filipe V, originado por um incidente diplomático. Em 2 de fevereiro, um cidadão espanhol, perseguido pelas autoridades, refugiou-se na legação portuguesa de Madrid, originando a invasão da casa do embaixador, Pedro Álvares Cabral, e a detenção de alguns dos seus criados. Como resposta, a casa do embaixador de Espanha em Lisboa foi também invadida e alguns dos servidores foram presos. Contudo, os desentendimentos já vinham detrás. A tendência belicosa do rei hispânico era notória e a procura do prestígio perdido desde a morte de Filipe IV (1665) evidentes, como o provam a postura agressiva contra a Inglaterra e a tentativa em recuperar Gibraltar (ocupada em 1704), o conflito contra a Áustria pelo domínio na Península Itálica, o envolvimento na guerra da Sucessão da Polónia (1733-1738), aliado da França contra a Áustria e a Rússia e, mais tarde, o envolvimento na Guerra da Sucessão da Áustria (1740-1748), onde combateu a Inglaterra e a Áustria ao lado da França. Contudo, os resultados foram mitigados, em contraposição com a postura de referência que o rei de Portugal ia garantindo nas chancelarias europeias à custa de

¹⁸ Damião Peres (Dir), *História de Portugal*, Vol. 6, Barcelos, Portucalense Editora, 1934.

uma política de neutralidade sustentada e do emprego parcimonioso do vetor militar. Como o partido antiespanhol crescia na corte e na sociedade portuguesa, o incidente inflamou.

Cerca de 25.000 homens do exército filipino destinados à campanha em Itália ficaram retidos em Espanha, enquanto em Portugal foi ordenada a mobilização geral, na base de um quinto dos homens de 15 a 50 anos que havia nas várias comarcas (80.000 soldados). Destes escolheu-se um outro quinto de efetivos, formando 16.000 homens para guarnecer as penetrantes da fronteira do Alentejo, instalando-se em Estremoz o quartel-general da defesa do Reino¹⁹. Depois, enquanto chegava ao Tejo (6 de junho) uma armada inglesa em apoio de Portugal, a Espanha atacou a colónia do Sacramento (novembro). A crise acabou resolvida através da postura conciliadora de D. João V e dos bons ofícios da França e da Inglaterra, assinando-se a paz em 16 de maio de 1737.

Durante a Guerra da Sucessão da Áustria, que à semelhança da de Espanha envolveu a maior parte dos países europeus, Portugal garantiu o isolacionismo, apesar das boas relações com a Inglaterra e as ligações sanguíneas com a Áustria. Mais empenhado em revolver os limites do Brasil, D. João V estava pouco interessado numa guerra contra a Espanha, que estava alinhada à França no conflito²⁰. Na verdade, não só sustentou a neutralidade, como Portugal foi convidado para ser mediano entre os contendores.

No final do seu reinado, a «cereja em cima do bolo» da política externa joanina foi a assinatura do Tratado de Madrid (13 de janeiro de 1750), concretizado com Fernando VI de Espanha, que definiu os limites da fronteira do Brasil. Nessa altura, o ainda vigente Tratado de Tordesilhas (1494) era uma miragem, a expansão dos bandeirantes portugueses para o interior do sertão uma realidade e a questão da bacia do Amazonas e da colónia do Sacramento/rio da Prata um pomo de discórdia. As negociações conduzidas pelo diplomata Alexandre de Gusmão foram de tal forma virtuosas que o meridiano de Tordesilhas foi ignorado e assumiu-se a ocupação territorial *tout court* como fator de soberania. Portugal garantiu toda a bacia do Amazonas e a Espanha ficou com o Sacramento (actual Uruguai). Na verdade, este «acordo de cavalheiros», garantiu a Portugal um imenso, rico e homogéneo território, enquanto a Espanha ficou com o ónus de um espaço espartilhado e encravado no Andes. Não obstante, o Tratado seria revisto passados onze anos, onde e sempre a questão da colónia de Sacramento era o *busílis* da questão.

¹⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit.

²⁰ José Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal*, Publicações Europa-América, 1990.

A ambição de viver em paz de D. João V prevaleceu. O soberano, “*desiludido quanto ao apoio inglês, receoso também de uma aproximação à França, não podendo confiar na Espanha, Portugal regressara à sua antiga política de neutralidade, da qual, ao sabor dos respectivos interesses, as diplomacias de Londres e de Paris tentavam apartá-lo. Tal política explica também o estreitamento das relações com Roma e com Viena, donde mais dificilmente partiriam solicitações de apoio militar português, salvo quanto à participação em operações navais no Mediterrâneo contra os turcos. Esta política de neutralidade parecia corresponder aos interesses nacionais; à reacção popular, que tão avessa se mostrara à Guerra da Sucessão, e à índole do rei*”²¹.

Se o relacionamento de D. João V com as potências europeias foi sustentado na avaliação estratégica da conjuntura e na racionalidade política dos objetivos a alcançar, com a Santa Sé gravitou entre a disponibilidade/subserviência e a irascibilidade/exigência. A grande ambição do monarca era a obtenção do patriarcado para a cidade de Lisboa. A pronta resposta militar dada às súplicas do papa Clemente XI, relativamente às ameaças dos otomanos na Península Itálica, em 1716, mereceram a elevação à dignidade de igreja e basílica patriarcal a colegiada de S. Tomé, que fora erguida na própria capela real (bula *In Supremo apostolatus Solio*, de 7 de novembro)²². A 11 de fevereiro de 1717, D. João V atribuiu ao patriarca de Lisboa (D. Tomás de Almeida) todas as honras e prerrogativas de que gozavam no reino os cardeais da Sé de Roma e, em 19 julho, de novo a armada portuguesa sulcou o Mediterrâneo e entrou em combate contra os turcos, ficando com os louros da vitória no seio da cristandade²³. Pelo facto, as obras do Convento-Basílica iniciaram-se e, devido ao feito, Clemente XI outorgou ao patriarca de Lisboa a sagração dos reis de Portugal.

No entanto, as relações entre Lisboa e Roma esfriaram entre 1720-1730 (papas Clemente XI, Inocêncio XIII e Bento XIII), devido à exigência de elevação, por inerência, a cardeal do núncio acreditado em Lisboa após secessão de funções (à semelhança do que estava estipulado para os de Madrid, Paris e Viena) e à concessão do barrete cardinalício ao patriarca de Lisboa. Estas pretensões, além de contarem com a oposição «católica» dos «três grandes», o próprio papa receava colocar Portugal num patamar de tão elevada dignidade. Mas D. João V não se demoveu e cortou relações entre 1728-1731²⁴. Enquanto isso, fazia da

²¹ Pedro Soares Martínez, ob. cit.

²² O arcebispado de Lisboa foi dividido em duas dioceses: Lisboa oriental, com a antiga Sé, e Lisboa ocidental, com a igreja patriarcal. Por fim, em 1740 anulou a divisão de Lisboa em duas sés, ficando a patriarcal centrada na Sé de Lisboa Oriental.

²³ Carlos Moreira Azevedo, ob. cit.

²⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva, *D. João V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

Lisboa patriarcal uma nova Roma, referindo-se Merveilleux à sua imponência e à magnificência com que o patriarca D. Tomás de Almeida oficiava, ultrapassando a do próprio papa nos momentos de maior solenidade²⁵.

A intransigência com a Santa Sé insere-se claramente no campo de uma diplomacia feita de etiqueta e orgulho, mas a verdade é que D. João V alcançou o que sonhou: (i) em 1731, monsenhor Vincenzo Bichi, que fora núncio apostólico em Lisboa, entre 1709 e 1721, foi «promovido» a cardeal; (ii) em 1737, pela bula *Inter praecipuas apostolici ministeri*, o papa Clemente XII elevava o patriarca à dignidade de cardeal, título que passaria a todos os seus sucessores. Curiosamente, nessa altura, Portugal contava com quatro cardeais; (iii) em 28 de abril de 1742, através da bula *Rationi congruit*, obteve-se a bula de canonização de Santa Isabel, rainha de Portugal; (iv) por fim, todo este processo culminou com a atribuição do título de *Fidelíssimo* a D. João V, a de 23 de dezembro de 1748. Título que o colocava a par do *Muito Católico* rei de Espanha, do *Cristianíssimo* rei de França e de *Sua Majestade Apostólica* rei da Áustria.

5. A MEDIDA DO PRESTÍGIO RÉGIO

D. João V foi, provavelmente, o derradeiro estadista de renome que governou um Portugal de renome. A máxima política do politólogo francês Jean Bodin (1529-1596) – «*Estado soberano é aquele que não tem igual na ordem interna, nem superior na externa*» – encontra no Portugal da primeira metade de setecentos um exemplo de referência. O politólogo defendia o Absolutismo monárquico (regulado pelas leis de Deus e do Estado), entendia o poder do soberano como o meio para assegurar a liberdade das pessoas e o seu bem-estar e encarava a religião como um normativo social, onde a tolerância confessional devia ser observada²⁶. Por essa via, o monarca assentou a opção de neutralidade nas relações exteriores (segurança), privilegiou a política atlântica comercial (bem-estar) e distinguiu a Santa Sé como ator principal (prestígio). Internamente, lançou um conjunto de obras públicas e monumentos reais, promoveu a industrialização, desenvolveu o comércio, diligenciou a arte e a cultura e preocupou-se com o aparelho militar.

Em síntese, o tempo de D. João V terá sido um dos raros casos nacionais em que se conjugaram os objetivos fundamentais da Nação: segurança territorial, garante da soberania, bem-estar social e prestígio (interno e externo) do Príncipe. Um reinado de ouro.

²⁵ Ayres de Carvalho, ob. cit.

²⁶ Jean Touchard, *História das Ideias Políticas, do Renascimento ao Iluminismo*, Vol. II, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1991.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 6.º Vol, 2001.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir) – *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Vol. 2 e 5, 2003.
- BRAZÃO Eduardo – *Relações Externas de Portugal. Reinado de D. João V*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1938.
- BORGES, João Vieira – *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII. Uma Análise Estratégica*. Lisboa: Atena/Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.
- CARVALHO, Ayres de – *D. João V e a Arte do Seu Tempo*. Edição do Autor, I Vol.
- CID, António José Balula – *Unidades de Infantaria. Sua Evolução até à Actualidade*, Lisboa: MCMLVI.
- HOWARD, Michael – *A Guerra na História da Europa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Breve História Diplomática de Portugal*. Publicações Europa-América: 1990.
- MARQUES, Fernando Pereira – *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XX*. Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 1999.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares – *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.
- MARTINS, General Ferreira – *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1945.
- MATOSO, António G. – *Compêndio de História de Portugal*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1943.
- MONTEIRO, Saturnino – *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Vol. VII, 1994.
- NOGUEIRA, Luís Franco – *Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular 1640-1994*. Lisboa: DDHM, 1994.
- PEREIRA, José António Rodrigues – *Grandes Batalhas Navais Portuguesas*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.
- PERES, Damião (Dir) – *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, Vol. 6, 1934.

- PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*. Mem Martins: Círculo de Leitores, Vol. III, 1995.
- RIBEIRO, António Silva – *Organização Superior de Defesa Nacional. Uma Visão Estratégica*. Lisboa: Prefácio, 2004.
- SELVAGEM, Carlos – *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1991.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo, Vol. V, 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- SOARES, Coronel Alberto Ribeiro (Coord) – *Os Generais do Exército Português*. Lisboa: Biblioteca do Exército, Vol. I, 2003.
- TOUCHARD, Jean – *História das Ideias Políticas, do Renascimento ao Iluminismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América, Vol. II, 1991.